

MERCANTILIZAÇÃO SEM FRONTEIRAS

Vanilda Paiva¹

Desde início dos anos 80 Claus Offe começou a escrever sobre a tendência à “remercantilização” dos serviços sociais prestados pelo Estado e sobre o fim da centralidade do trabalho (assalariado). Na verdade, a “remercantilização” não era identificada e/ou prenunciada por razões de natureza teórico e ideológica – como entre os economistas ligados ao grupo de Hayek, que jamais viram estabilidade possível no keynesianismo – mas pelos efeitos da crise iniciada nos anos 70 que reduziu as possibilidades dos Estados arcarem com despesas crescentes na área social. A crise fiscal dos Estados batia às portas ao mesmo tempo que o acirramento da tendência a escolhas e demandas caras por parte dos usuários dos serviços públicos de bem estar, de difícil compatibilização com o atendimento de massa, como bem mostrou o caso sueco. Nessa mesma época Habermas chamava a atenção para o fato de que o atendimento de reivindicações gera legitimação num primeiro momento e deslegitimação no momento subsequente, não assegurando permanência no poder às forças comprometidas com maior equidade e acesso a novos serviços sociais.

As objeções ao Estado de Bem Estar assumiram forma de políticas concretas na era Thatcher. Pairava no ar decadente da Inglaterra de então a idéia de que o modelo Keynes-Beveridge, elaborado para a reconstrução e certamente útil no pós-guerra, tinha se esgotado. Assim, a reorientação inglesa não foi produto de uma transformação produtiva resultante do novo surto de renovação tecnológico ainda incubado na Europa continental, mesmo que a proximidade política, ideológica e econômica dos Estados Unidos tornassem a Grã-Bretanha mais facilmente atingível pelos processos que se intensificavam no gigante do norte.

A Inglaterra deu a partida no processo de desestatização/privatização que vinha sendo cobrado dos países que haviam construído robustos Estados de Bem Estar. E, mesmo que sua recuperação econômica tenha eventualmente se devido mais à descoberta de petróleo no mar do norte e à identificação de novos nichos para a venda de serviços, as medidas desestatizantes foram consideradas como imprescindíveis ao bom funcionamento da economia de mercado. No que tange à proteção social que havia chegado a ser universal, a regressão foi imensa, com enorme “remercantilização” dos setores que compunham o Estado-Providência, e a virulência das medidas forçou a ajustes posteriores. Este certamente foi o caso do ensino superior, em especial no que concerne ao corte de bolsas de estudo e subsídios para alunos pobres, área na qual a própria Inglaterra teve que voltar atrás. Mas ficaram famosas e merecem reflexão assertivas que advogam que o retorno aos princípios do liberalismo tem como corolário explícito a negação do social.

A reformulação europeia das duas últimas décadas do século segue a mesma trilha, naturalmente com os ajustes impostos pelas características de cada formação social. Este movimento de regresso à economia liberal ou em direção a um novo liberalismo mantém, no entanto, possibilidades amplas de intervenção estatal em favor da acumulação de capital. Tal regresso é imposto/facilitado não apenas pelo aprofundamento progressivo

¹ Estudou educação, sociologia e romanística na Universidade de Frankfurt/M, doutorando-se em 1978. Professora da UFRJ. Diretora do IEC.

da crise fiscal e pelo paralelo aumento de tributos, mas também pelas objetivas transformações econômicas provocadas pela emergência plena da revolução micro-informática e, finalmente, pelas grandes mudanças ocorridas no equilíbrio político-militar mundial e que tem na queda do muro de Berlim o seu grande momento simbólico. Em especial a partir de 1989 a re-orientação econômica de cunho liberal torna-se hegemônica. Transforma-se em onda mundial na medida em que o capitalismo perde sua contraparte socialista e se espalha por quase todo o planeta, no qual os países comunistas desaparecem ou implantam modelos mistos e o imperialismo soviético vê-se interpretado por Wallerstein como mísero sub-imperialismo subordinado, em última instância e de forma implícita, aos interesses americanos.

Frente a mudanças profundas que coincidem com a crise das teorias explicativas da totalidade social, a produção sociológica desses anos, mesmo que contenha algumas críticas e levante preocupações, aparece como descritiva e/ou apologética. O lançamento do livro de Ulrich Beck *Die Risikogesellschaft* em 1986 constitui uma marca desta era. No entanto, já no apagar das luzes do século XX, ela começa também a deixar entrever a tendência a concentrar-se em questões ligadas ao acesso ao mundo virtual. Referimo-nos aqui ao fato de que, ao cabo de duas décadas de debates sobre desestatização, privatização, mutações no Estado de Bem Estar e na proteção social, crise nos sistemas previdenciários e nos serviços de saúde, déficit público e formas de financiá-lo, forjou-se um certo consenso a respeito de que não há como fugir a tais problemas e que, no mundo de hoje, as opções do receituário foram se estreitando. Ao mesmo tempo, a velocidade das mudanças que se operam na vida econômica e no cotidiano das pessoas vem gerando maior preocupação com temas conexos ligados aos efeitos do caráter massivo e sem fronteiras da mercantilização no que parece configurar-se numa nova era, marcada pela realidade virtual. Exemplos de tais caminhos podem ser encontrados não apenas na trilogia de Castells, mas no livro de Riffkin denominado *A Era do Acesso* (2000).

No campo dos estudos sobre o trabalho, os anos oitenta se iniciaram com a percepção de que grandes mudanças estavam se operando na indústria e também nos serviços, mas a parcela mais significativa da sociologia do trabalho continuava a dirigir-se para o setor industrial. Já nos anos 70, Daniel Bell se apoiava sobre a constatação de que a maioria dos assalariados ocupavam posições nos serviços (em 1973 eles já eram 65% nos Estados Unidos), mesmo quando estivessem ligados à indústria e funcionassem no interior de unidades destinadas à fabricação de produtos manufaturados. Esta realidade vai servir de ponto de partida para se pensar a sociedade do último quartel do século como uma sociedade pós-industrial, algo que coincide com a idéia e a teorização do pós-modernismo. Mas, até muito recentemente, ninguém pensava em colocar em questão a indústria como núcleo central da elevação da produtividade, mesmo que se admitisse que nela já não se encontrava a fonte de lucro suplementar. A modernidade estaria visceralmente ligada à indústria e foi somente na medida em que ela deixou de ser percebida como fonte de rápida acumulação que se conectam uma “segunda modernidade”, como o quer Ulrich Beck, e pós-industrialismo. Deve-se, porém, reconhecer que a difusão do conceito de pós-industrialismo é recente e bem posterior ao de “sociedade pós-industrial”: esta supunha que a maioria estaria empregada no terciário, enquanto a primeira leva em conta as baixas taxas médias de lucro da indústria e pretende que ela se desloque para os países periféricos, deixando nos países centrais as atividades “com maior valor agregado” que geram acumulação veloz, além de não pôr em risco o meio ambiente.

Embora os estudos sobre os serviços sejam até os nossos dias escassos, é preciso enfatizar que a consolidação da idéia da ultrapassagem do industrialismo não apenas como fonte de lugares de trabalho, mas como foco da elevação da produtividade e da obtenção de lucro suplementar, é muito mais recente que os conceitos de pós-modernidade, sociedade pós-industrial, segunda modernidade e outros. É somente neste

momento que se começa a crer que o objeto principal da sociologia do trabalho (a indústria) já não constitui um foco de interesse de tanta monta (como também ocorre com a agricultura). Na verdade, deve-se reconhecer que a sociologia do trabalho é uma disciplina do século XX nascida com a indústria nos anos 20 na região de Detroit e, portanto, com o assalariamento em massa, e desenvolvida especialmente em décadas subseqüentes, marcadas pela produção e pelo consumo de massa. Daí a sua dificuldade em passar para o campo dos serviços e para atividades alternativas. É, portanto, uma disciplina que – num momento de, possivelmente, definitiva retração e ultrapassagem do regime de assalariamento – precisa rever seu objeto para poder sobreviver. Deve-se lembrar que sua abertura para a economia política nos anos 70 (deixando-se de lado preocupações, certamente mais antigas, de Pierre Naville) de nenhum modo significou uma solução para este problema, implicando apenas numa mudança de perspectiva e em incorporação de sub-temas, e que – diante dos dilemas teóricos – ela reforçou sua orientação empírica. Trata-se, pois, de uma disciplina na encruzilhada.

A observação acima, que aponta a coincidência entre os limites da sociologia industrial e do trabalho assalariado, não desmerece – porém – as enormes possibilidades de percepção de tendências mais amplas ainda existentes a partir do estudo estrito do campo industrial. Assim, no momento em que esta área viveu certa crise nos países onde mais se havia desenvolvido nos “30 anos gloriosos” (em especial na França), a pesquisa de grande porte deslocou-se para a Alemanha – onde ela nunca havia ocupado um lugar destacado até o afloramento que ocorreu em conexão com a questão educacional em torno do movimento estudantil de 1968 e seus desdobramentos na década seguinte. Naquele país a sociologia do trabalho firma-se como campo de estudos ao mesmo tempo que a sociologia da educação e em conexão com ela; não será por acaso que elas entram em crise ao mesmo tempo.

No campo intelectual alemão o livro de Kern e Schumman, publicado em 1984, tornou-se um clássico não só pela abrangência dos setores que aborda, mas pela antecipação de tendências de que foi capaz. A terminologia ali lançada – como a que se refere a “atingidos” (Dulder)/ “participantes” (Mitspieller), “ganhadores” e “perdedores” da racionalização – está até hoje em uso e ali aparece não porque se refira a um processo novo, mas pelas dimensões, profundidade e impacto na vida dos assalariados dos efeitos de sucessivas e rápidas ondas de inovação tecnológica. Os próprios autores reconhecem que “a tecnologia carrega sempre consigo o vírus do aniquilamento de postos de trabalho”, mas também identificam que o surto incubado nos anos 70 gerou uma situação que apontava para transformações radicais a partir da década seguinte. Entre elas, eles chamam a atenção para o fato de que os novos conceitos de produção elevam as barreiras à reinserção no mundo do trabalho daqueles que dele se afastaram espontaneamente ou não e, portanto, conduzem à ampliação do desemprego de longa duração. Antecipam, pois, que a grande divisão que se apresentará em futuro breve será entre os “incluídos” e os “excluídos” do mercado primário e formal de emprego.

Já se indica ali que, mantidas as condições da produção de massa, as possibilidades de racionalização não podem ser esgotadas – sendo necessário associar eficiência, flexibilidade e personalização de produtos. Uma solução provisória tornou-se, evidentemente, a exportação da indústria de massa do centro para a periferia. A crescente importância da reintegração de tarefas – com correspondente complexificação, envolvendo simultaneamente trabalho manual e trabalho intelectual, razão pela qual falam em fim da divisão do trabalho – bem como a necessidade permanente de requalificação e da maior importância da atividade mental para a produção contemporânea são apontadas. Assume-se que algo verdadeiramente novo se passava no processo global de racionalização capitalista, novidade que implicava em novas chances e novos riscos. Certamente os riscos – que naquele momento ainda estariam parcialmente na sombra – prendiam-se à crise de ocupação que agia não apenas sobre a mobilidade interna do

peçoal das empresas, impunha uma renovação qualificatória (com eventual forma transitória de reserva de qualificação) mas principalmente diminuía a capacidade de absorção nos setores centrais da indústria elevando o número dos “portadores de risco” no mercado de trabalho. Por isso, a idéia de polarização é substituída pela de segmentação: estaríamos diante do fim tendencial da divisão do trabalho somente dentro dos centros de produção industrial, ao mesmo tempo que ocorreria uma agudização tendencial dos limites de tal divisão para fora do setor. Ou seja, o movimento tendencial (o “círculo virtuoso”) mais uma vez só funcionaria para os incluídos.

Tecnologia mais desenvolvida permite fabricar mais produtos com menos empregos. Em compensação, caem as margens de lucro dos produtos de massa – fazendo com que seja fabricado, em especial, tudo aquilo que possa constituir a base física necessária à venda de serviços e que muitos desses produtos sejam vendidos a baixo preço ou mesmo entregues gratuitamente como condição para a criação do mercado para os serviços (ex. telefones celulares).

O que se passaria, então, no setor terciário, com os empregados de escritório ou do comércio, com a parcela da força de trabalho que não está na produção industrial mas que é majoritária? Em que medida este volume dominante de força de trabalho empregada significa também um deslocamento de importância do setor industrial para o setor de comercialização, de prestação de serviços pessoais, de produção de bens intangíveis e atividades outras fora da indústria? O que estaria ocorrendo no setor terciário e em que medida o seu estudo conduz a conclusões mais amplas, capazes de indicar o caminho que estamos seguindo? O estudo de Baethgue/Oberbeck, publicado em 1986, não supõe que estamos diante de uma sociedade de serviços, mas simplesmente que o trabalho – e o emprego – deslocou-se para o terciário. Vindos da sociologia da indústria eles ainda reafirmam o setor secundário como o *locus* fundamental da elevação da produtividade e estudam o terciário a partir de uma visão que tem a sociologia industrial no seu cerne.

O conceito de sociedade de serviços que difunde desde os anos 70, ou seja, é um conceito sem compromissos seja com a tradição da sociologia industrial seja com o marxismo calcado sobre o desenvolvimento industrial. No entanto, já nos anos 80 há autores que começam a preconizar o seu fim – na medida em que o emprego no terciário também começou a encontrar seus limites. Se o terciário era capaz de absorver a força de trabalho liberada pela indústria no começo dos anos 80, isto passou a ser menos e menos verdade para os países europeus, cujos índices de desemprego se elevaram enormemente, crescendo paralelamente o desemprego de longa duração. A retração do trabalho assalariado (e, portanto, protegido), porém, não significa nem a impossibilidade de obter rendimentos através de trabalhos temporários e precarizados nem a ausência de renda dos desempregados (Seguro-desemprego, Renda Mínima de Inserção, etc), o que supõe a manutenção da demanda por mercadorias e serviços. Podemos estar diante de uma sociedade predominantemente de serviços que terão que ser prestados com base nos preceitos liberais – oferecidos no mercado por profissionais liberais independentes, quando for o caso, ou por detentores de conhecimentos correspondentes a um *métier*, e não por trabalhadores assalariados. Na verdade, quando tratamos da inserção alternativa estamos abordando este problema em camadas antes assalariadas (classes médias e setores bem situados, estavelmente, no proletariado) ou em segmentos que sequer chegaram ao mercado primário de trabalho. Há plena consciência de que estamos frente a grande revolução do trabalho e que, neste início do século XXI, em muitas partes, toda a produção poderá exigir o concurso de apenas 20% da força de trabalho disponível – o que supõe conseqüências importantes em todas as áreas da vida humana.

Não há nada de novo – porém – na mercantilização do trabalho, mesmo se não estamos mais nos referindo à força de trabalho para cumprir funções assignadas, mas de qualquer tarefa realizada por alguém. Tratar-se-ia, neste caso, de um retorno a padrões

anteriores ao regime de assalariamento? Em parte sim, mas isto não é o novo. Rifkin sugere que o novo é levar o *just-in-time* ao trabalho. Não se trata apenas de fabricar apenas a quantidade que se vende imediatamente, sem formar estoques, mas também de utilizar apenas o trabalho imediatamente útil. A contínua reestruturação das firmas se faria também pela substituição do trabalho seguro, por toda a vida, pelo encargo temporário de acordo com a duração de determinado projeto. Trabalhadores de todo nível, dos *top managers* aos operários, precisariam habituar-se à idéia de uma sempre maior volatilidade do mercado de trabalho e estar preparado para adaptar-se a mudanças contínuas na ocupação, na carreira e no seu modo de viver, pois a brevidade dos ciclos de vida foi se estendendo dos produtos à ocupação. Seguindo a mesma lógica, se o tempo de vida útil dos produtos é cada vez menor, o mesmo deve ocorrer com as ocupações e as tarefas – o que leva os seres humanos não só a uma gangorra social sem precedentes, mas a uma vida dominada pelo provisório.

Esta é, aliás, uma idéia central da sociedade de serviços *via* rede eletrônica. Os conceitos de inclusão e exclusão já não se aplicam apenas ao campo do trabalho assalariado e protegido, dando-se mesmo por suposto que este tende a desaparecer ou a restringir-se drasticamente – não fazendo parte do *core* da nova era. Assim, tais conceitos dariam lugar a uma nova divisão social entre aqueles que tem possibilidades de acesso amplo à rede eletrônica (*locus* da acumulação em larga escala) e os que não tem. No entanto, como tudo é provisório também o acesso pode sê-lo. Talvez possam existir incluídos (no sentido de “com acesso”) de longa duração, mas também é possível prever uma sociedade com acesso global amplo mas com acesso individual sempre parcial e variável. Neste caso os limites entre incluídos/excluídos, entre centro/margem se tornariam fluídos.

O que haveria de verdadeiramente novo nesta era seria o avanço da mercantilização sobre áreas e aspectos até o momento relativamente protegidos: a cultura, a experiência vivida e o próprio indivíduo. Na medida em que para uma parte da população mundial o consumo se saturou, o capitalismo teria sido constringido a uma “transformação final” que supõe apropriar-se não só do significado da vida cultural e das formas artísticas de comunicação mas também da experiência vivida. A tecnologia mais avançada, segundo Toffler, será posta em uso para fabricar o mais transitório e, ao mesmo tempo, o mais duradouro de todos os produtos: a experiência humana. Esta teria se tornado a mercadoria final numa “indústria da experiência” que reserva um papel fundamental às atividades culturais. Já não se trata mais, predominantemente, de produzir bens, mas recordações, do mesmo modo que já não se tratar de possuir objetos e coisas, mas de ter os recursos para ter acesso a elas. Para isso, o homem deve mudar, estar aberto a experimentar de tudo.

A expressão mais potente e visível desta tendência seria o turismo e o entretenimento global como mercantilização de uma experiência cultural – uma experiência paga. Os *Shopping Centers* substituem as praças e neles se adquire o acesso a todo tipo de experiência, gerando-se a cultura do centro comercial. Tudo funcionaria como um grande teatro, no qual passa-se da cultura ao entretenimento e onde todo negócio é *show business*. Esta nova realidade se reflete nos perfis profissionais: cada qual deve vender-se no mercado e precisa ter senso de oportunidade para aproveitar situações que permitam fixar uma imagem vendável por mais tempo e por mais dinheiro. O outro lado desta cultura é a mercantilização da experiência pessoal enquanto consumo do exótico, do diferente, do alternativo; é a compra de contestação cultural a retalho, a experimentação de pequenas partes ao invés do todo (muitas vezes ignorando por completo como se articula o todo no qual adquire sentido o que se consome), a combinação de elementos de diversas origens numa *bricolage* pessoal que não necessariamente se integra, mas se agrega ao nódulo central de um mundo cultural marcado pela superabundância de sinais e de significados. Neste sentido, o capitalismo

contemporâneo mina pelo excesso qualquer possibilidade de crítica. E uma das formas que assume este processo é o da integração do alternativo.

A consciência com a qual entramos no século XXI difere, portanto, daquela que dominou os anos 90. Se o emprego como sucedâneo da propriedade marcou a segunda metade do século XX, a entrada no século XXI não torna irrelevante a propriedade de capital ou de bens de raiz. No entanto, torna relativamente irrelevante a propriedade de bens de uso imediato e mesmo durável. Em seu lugar entra o acesso à utilização dos mesmos. Esta tendência, que já vinha se esboçando nos anos anteriores, radicalizou-se no final dos anos 90 quando começou a dar lugar a novas formas de serviços. Serviços são reinventados, tornando-se relações policêntricas de longa duração entre fornecedores e clientes. Muitos bens (como o próprio dinheiro) vão perdendo materialidade, seja para o cyberspaço (ex. livros) seja para a rede de comunicação (ex: secretária eletrônica). Mas principalmente, considerando-se que a margem de lucro dos bens materiais de consumo de massa tornou-se pequena, passou-se a distribuir gratuitamente os bens para gerar mercado de serviços. Fala-se, então, em “otimizar o *lifetime value*” de cada cliente, estabelecendo uma relação econômica de longo prazo. Segundo Rifkin tem se tratado publicamente muito de questões como desestatização e desregulamentação e dado pouca atenção à progressiva inclusão da esfera pessoal no domínio do mercado: a assiguação de um *lifetime value* aos indivíduos, com o objetivo de transformar completamente a sua experiência de vida em fatos econômicos. Este processo representaria, para ele, a fase final das relações capitalistas de mercado. Ou talvez se deva pensar que representa um elo a mais nesta imensa cadeia em que os indivíduos vendiam antes a sua força de trabalho. Hoje eles vendem, junto com ela, de forma explícita e contabilizada atributos, virtudes e disposições pessoais como maleabilidade, flexibilidade, formas de relacionar-se com o próximo. Ou seja, ressalta Rifkin, as relações humanas aparecem como mercadoria, a existência se transforma no mais sofisticado produto comercial e a esfera econômica no árbitro final de nossa vida pessoal e social.

Neste conjunto as agruras, sofrimentos e riscos dos tendenciais perdedores de todas as idades misturam-se às agonias e a intensa competição daqueles que optaram por utilizar a informática e os novos meios de comunicação – lançando-se ao *cyberspace*, à *web* como meio e instrumento de trabalho. Esta é uma realidade que atinge e atravessa a sociedade brasileira da mesma maneira que outras sociedades capitalistas, nos países desenvolvidos. Paralelamente, a grande disponibilidade de força de trabalho qualificada e em busca de novos nichos de trabalho/atividade passíveis de mercantilização entrelaça-se a novas demandas geradas pelas tensões, pela incerteza, pela insegurança, pela consciência de que a gangorra social substituiu a estabilidade de outrora. Uma cultura de auto-emprego serve de suporte a uma crescente mercantilização de serviços pessoais que absorve à *Nova Era Capitalista* segmentos de profissionais e de atividades que se encontravam e funcionavam à margem do sistema – obrigando suavemente à sua integração.